



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Vinculado a Solicitação de Fornecimento Nº 39/2025

Objeto: Contratação temporária de empresa para a execução de serviços de contabilidade pública, bem como a responsabilidade técnica pela execução da contabilidade junto ao TCE(PR), para o período de até doze meses, podendo ser suprimido ou prorrogado o prazo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1. JUSTIFICATIVA

O objeto desta contratação vem atender o interesse público, bem como da Câmara Municipal de Tamarana, pois existe servidora que já protocolou C. I nº 304/2025, solicitando a substituição da mesma que entrará em licença maternidade.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A Câmara Municipal de Tamarana ainda não elaborou o Plano de Contratação Anual, e que de acordo com o art. 18, §2º, da Lei Federal nº 14.133/21, é item não obrigatório, mas que deverá ser apresentada a justificativa do não cumprimento. Assim, por se tratar de contratação que não é rotineira da Câmara, não havia previsão da contratação desta natureza.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos estão no Termo de Referência, como previsto no art. 6º, XXIII, “d”, da Lei Federal nº 14.133/21.

4. DA POSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO CONTÁBIL.

A terceirização no serviço público através de um processo licitatório é permitida, mas não pode abranger atividades que sejam consideradas funções típicas de Estado, que incluem funções diretamente ligadas ao poder de decisão e gestão administrativa, como a auditoria e controle interno. O serviço contábil pode ser terceirizado, mas desde que não envolva a tomada de decisões estratégicas que são de competência exclusiva dos servidores públicos.

O Tribunal de Contas da União tem precedentes que permitem a terceirização de serviços contábeis desde que sejam respeitados os limites legais e as funções típicas de Estado sejam preservadas. Isso significa que a terceirização pode ser permitida para atividades auxiliares ou operacionais, mas a responsabilidade final pela gestão e controle deve permanecer com servidores públicos efetivos.

Não obstante, em que pese o entendimento de que, em regra, as atividades contábeis, deveriam ser atribuídas a servidores de carreira, investidos mediante concurso público, admite-se, em caráter excepcional, a possibilidade de execução indireta dos serviços de contabilidade.

Neste sentido, o Tribunal de Contas de Minas Gerais afastou a tese de que a terceirização se pautaria pelas noções de atividade-fim ou de atividade-meio, e reconheceu a possibilidade de terceirização de todas as atividades que não detenham natureza típica de Estado e que não reflitam o seu poder de império. (TCE-MG - Consulta no 1024677, de relatoria do conselheiro Cláudio Couto Terrão, respondida em sessão plenária de 4/12/2019).

Com todos esses fundamentos, o parecer jurídico nº195/2024 sugere como alternativa viável diante da excepcionalidade e singularidade a terceirização do serviço por meio de contratação de uma empresa especializada em contabilidade pública.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES - LEVANTAMENTO DE MERCADO.

A estimativa do período das quantidades a serem contratadas, são as previsões legais de afastamento, bem como período aquisitivo de férias que serão somados para estabelecer parâmetro da contratação, e que as mesmas estarão no Termo de Referência.

Foi realizado levantamento de mercado, conforme seguem no Termo de Referência, propostas junto a empresa que prestam o serviço, bem como realizado consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o §2º, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/21, compõe no Termo de Referência. Nele estão incluídos a estimativa de preços unitários referenciais e os documentos que lhe dão suporte.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução está na justificativa e no Termo de Referência.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Como o objeto desta contratação é a prestação de serviços, estará disposto no Termo de Referência a forma de contratação.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos compreendem na continuidade da prestação dos serviços públicos, bem como atender a legislação vigente, no que tange aos direitos legais do servidor.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A Câmara Municipal de Tamarana disciplina na minuta de contrato a forma de contratação e prestação dos serviços, objeto desta contratação, bem como o servidor para atuar na fiscalização do serviço contratado.

11. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Diante da necessidade da referida contratação, o Agente de Contratação manifesta a necessidade e favorável pela continuação do processo para a publicação do edital para contratação do objeto em tela.

12. RESPONSÁVEIS

Esse documento foi elaborado por Luiz Carlos Mello da Silva

Tamarana/PR, 07 de outubro de 2025.

Cargo: Agente de Contratação Matrícula: 23

E-mail: compras@tamarana.pr.leg.br